

Pagamento de juros da dívida pública passou de R\$ 1 trilhão

Valor correspondeu a cerca de 8% a 9% do Produto Interno Bruto (PIB). Ou seja, quase 10%

Por Martha Imenes

Em 2025, o governo brasileiro desembolsou pela primeira vez na história R\$ 1,5 trilhão em juros da dívida pública, um valor que corresponde a cerca de 8% a 9% do Produto Interno Bruto (PIB).

Segundo dados do Tesouro Nacional e do Banco Central, o gasto com juros variou entre 7,9% e 8,9% do PIB, dependendo da metodologia utilizada.

O impacto foi direto sobre o endividamento bruto, que encerrou o ano em 78,7% do PIB.

Entre os fatores que explicam o salto estão:

- Taxa Selic elevada, mantida em torno de 15% durante boa parte do período.

- Déficit primário persistente, que ampliou a necessidade de financiamento.

- Crescimento contínuo da dívida e maior demanda por rolagem de títulos.

Comparação internacional

O peso dos juros no Brasil é um dos maiores do mundo. Enquanto os Estados Unidos gastaram cerca de 2% do PIB em juros em 2025, a Itália registrou 4% e o Japão apenas 1%, apesar de sua dívida colossal. O contraste evidencia o custo alto do endividamento brasileiro.

Especialistas alertam para uma armadilha: com juros tão elevados, o governo precisa emitir mais dívida apenas para pagar credores, alimentando um ciclo difícil de romper. Além disso, o espaço para investimentos em áreas como saúde, educação e infraestrutura fica cada vez mais restrito. A dependência da política monetária é outro ponto crítico — qualquer ajuste na Selic tem efeito imediato sobre as contas públicas.

Procurados, o Ministério da Fazenda e o Banco Central não se manifestaram.



Taxa básica de juros (Selic) de 15% na maior parte do período impactou o resultado

Estoque total da dívida

O estoque da Dívida Pública Federal encerrou 2025 em R\$ 8,635 trilhões, dentro dos limites estabelecidos (entre R\$ 8,5 trilhões e R\$ 8,8 trilhões para o ano), conforme fixado na revisão do Plano Anual de Financiamento, em setembro do ano passado. O valor representa aumento, em termos nominais, de 1,82% sobre o estoque registrado ao final de novembro (R\$ 8,480 trilhões), e de 18% sobre o estoque do final de 2024 (7,316 trilhões). A Dívida Pública Mobiliária Federal interna (DPMFi) encerrou 2025 em R\$ 8,309 trilhões, ante R\$ 8,165 trilhões, em novembro passado, e R\$ 6,966 trilhões, ao término de 2024, conforme informações do Tesouro Nacional, em entrevista na qual foram apresentados o Plano Anual de Financiamento (PAF) de 2026 e o Relatório Anual da Dívida (RAD) de 2025.

"Os indicadores ficaram den-

tro dos limites, após a revisão do PAF, fomentada pela boa demanda do mercado", apontou Ceron. Ele destacou o equilíbrio da distribuição da dívida por indexadores, todos dentro das bandas planejadas: prefixados (22%), índice de preços (25,9%), flutuantes (48,3%) e câmbio (3,8%). Foi um ano em que o nosso grande desafio era manter ou reduzir pouco a composição de prefixados e não deixar que taxa flutuante aumentasse demais. Essa foi a grande conquista que tivemos", explicou o secretário do Tesouro, Rogério Ceron.

"No ano passado conseguimos ter uma gestão mais equilibrada na emissão dos indexadores da dívida; com um bom balanço em todas as opções que foram postas", disse o subsecretário da Dívida Pública, Daniel Cardoso Leal, ao ressaltar que foi suprida de forma eficiente a missão de atender as necessidades de financiamento do governo sob a melhor equação entre custo e risco.

Projeções para 2026

O PAF 2026 estabelece limites para a evolução da Dívida Pública de 2026: entre o mínimo de R\$ 9,7 trilhões e o máximo de R\$ 10,3 trilhões, considerando o estoque no final do ano. Para este novo exercício, o Tesouro aponta a possibilidade de aumento da participação dos títulos prefixados; expectativa de estabilidade na composição de títulos com juros flutuantes; além de estrutura de vencimentos com baixa participação de dívida no curto prazo.

O plano projeta uma necessidade líquida de financiamento de R\$ 1.677 trilhão para 2026. Esse valor decorre, segundo o Tesouro, dos vencimentos da dívida interna, que totalizam R\$ 1.538 trilhão — a parcela mais significativa da DPF. A esse montante somam-se os vencimentos da dívida externa em poder do mercado e os juros da carteira do Banco Central, que, por determinação legal, não podem ser refinanciados.

Caderneta de poupança registra saques líquidos de R\$ 23,5 bilhões em janeiro

A caderneta de poupança iniciou 2026 em queda, com mais retiradas do que depósitos. Em janeiro, os saques superaram as entradas em R\$ 23,5 bilhões, segundo relatório divulgado pelo Banco Central (BC).

No mês, foram aplicados R\$ 331,2 bilhões, enquanto os saques somaram R\$ 354,7 bilhões. Os rendimentos creditados nas contas chegaram a R\$ 6,4 bilhões. O saldo total da poupança permanece pouco acima de R\$ 1 trilhão.

Histórico de quedas

A poupança vem registrando resultados negativos nos últimos anos. Em 2023 e 2024, as retiradas líquidas foram de R\$ 87,8 bilhões e R\$ 15,5 bilhões, respectivamente. Em 2025, o saldo ne-

gativo alcançou R\$ 85,6 bilhões.

Em janeiro, o Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo (SBPE) registrou saques líquidos de R\$ 18,8 bilhões, enquanto a poupança rural teve retiradas de R\$ 4,7 bilhões — ambos os maiores volumes desde janeiro de 2025.

Segundo o BC, a manutenção da Selic em patamar elevado tem incentivado investidores a buscar alternativas mais rentáveis, reduzindo a atratividade da poupança. O Comitê de Política Monetária (Copom) interrompeu o ciclo de alta em julho de 2025, após sete aumentos consecutivos, e desde então mantém a taxa em 15%.

Como calcular

Desde 2012, existem duas regras para calcular o rendimento



Foram aplicados R\$ 331,2 bi, contra saques de R\$ 354,7 bi

da caderneta de poupança, dependendo do valor da taxa Selic. A rentabilidade é calculada pela taxa referencial (TR) mais 0,5% ao mês, fórmula válida enquanto a Selic estiver acima de 8,5% ao

ano. Atualmente, a taxa básica de juros está em 15% ao ano.

Quando a taxa está igual ou abaixo de 8,5% ao ano, o rendimento cai para 70% da Selic mais a TR.

Em janeiro de 2026, a TR está em aproximadamente 0,17% ao mês, o que resulta em um rendimento mensal próximo de 0,67%.

Pontos importantes

Aniversário da poupança: os juros só são creditados 30 dias após o depósito (neste caso, dia 10 de fevereiro).

Regra de Saque: Se o valor for resgatado antes do dia 10 de fevereiro, não haverá rendimento sobre o montante depositado em janeiro.

Multidatas: caso sejam feitos depósitos em datas diferentes, cada depósito terá seu próprio "aniversário" mensal.

Isenção: Os rendimentos da poupança são isentos de Imposto de Renda para pessoas físicas.